

## ANÁLISE E CRÍTICA DO DISCURSO ARGUMENTATIVO<sup>i</sup>

Christian Plantin<sup>ii</sup>

A lógica, dita como a mãe da argumentação (a menos que seja o contrário), é a ciência da transferência correta da verdade de enunciado a enunciado. Ela distingue discursos encadeados de maneira válida e discursos duvidosos como “*Eu não sou compreendido. Os grandes artistas nunca são compreendidos* (suspiro)”, que se pode supor visar, de maneira não válida, à conclusão “*Eu sou um grande artista*”.

Por generalização ou por analogia, pode-se perguntar o que vem a ser essa noção de validade, quando se passa para o discurso ordinário: a teoria da argumentação fornece os critérios que permitem opor discurso “válido” e discurso “não válido”? Então, o que significa esse termo? Deve-se tomá-lo no sentido puramente lógico, ou no sentido amplo de falacioso, sofista, mentiroso, manipulador, perverso...? De modo geral, como construir os instrumentos de uma crítica do discurso argumentativo, instrumentos sem os quais “o pensamento crítico” corre o forte risco de esvaziar-se? A pergunta abrange aspectos múltiplos e pode facilmente dar lugar a mal-entendidos.

Tendo em vista a diversidade das concepções da argumentação, convém, antes, precisar a concepção da argumentação que sustentará a discussão: ela é fundada sobre a

interação de discurso em oposição (subseção 1). As abordagens críticas existentes recorrem a diversos sistemas de regras normativas para dar uma primeira definição do falacioso, mas elas sofrem limitações quando colocam um ideal do discurso expresso em uma linguagem “extra-ordinária” (arregimentada), descontextualizada, alexitímica (subseção 2). No entanto, a noção de discurso manipulador está longe de ser clara (subseção 3). Mostraremos, como conclusão, que a noção de “discurso contra” permite gerir a dimensão crítica do discurso argumentativo sem postular um sistema de normas extra-discursivas (subseção 4). Os parágrafos seguintes colocam o questionamento sobre a relação entre a posição política da Análise do Discurso (AD) e a posição crítica da Análise da Argumentação, em que as histórias recentes foram construídas na ignorância mútua durante os anos 70 (subseção 5). A subseção 6 sustenta que a junção dessas disciplinas só pode ser efetuada em torno de noções operatórias partilhadas.

### A interação argumentativa

Segundo a abordagem adotada aqui, uma dada situação linguageira começa a se tornar argumentativa quando manifesta uma oposição de discursos. A interação é totalmente argumentativa no momento em que essa

<sup>i</sup> Referência do texto fonte desta tradução: PLANTIN, Ch. Analyse et critique du discours argumentatif. In: AMOSSY, R.; KOREN, R. (éds). *Après Perelman*. Paris: L'Harmattan, 2002. p.229-263.

<sup>ii</sup> Docente da Universidade de Lyon e diretor de pesquisas do CNRS, França. E-mail: [christian.plantin@univ-lyon2.fr](mailto:christian.plantin@univ-lyon2.fr).

diferença é problematizada em uma Questão, e que se extraem claramente os três papéis actanciais de Proponente (que apoia plenamente uma Proposição), de Opositor (que rejeita essa Proposição) e de Terceiro (que se questiona sobre ela). A oposição de discursos recobre a recusa de ratificar uma proposição, a simples diferença de julgamento ou divergência de apreciação, como o desacordo, o litígio, a discussão, o conflito...

Logo, a argumentação não está localizada nem “na língua”, nem como uma simples postura enunciativa pela qual o locutor coloca em cena e gere, em um discurso monológico, imagens do mundo, dos objetos, dos interlocutores e de seus discursos, mas como uma forma de interação problematizante formada de intervenções orientadas por uma questão.

A noção do papel argumentativo implica uma distinção fundamental entre os *actantes* (Proponente, Opositor e Terceiro) e os *atores* da comunicação argumentativa, que são os indivíduos concretos engajados na comunicação. Esses atores podem ocupar sucessivamente cada uma das três posições argumentativas (ou papéis actanciais). Reciprocamente, a mesma posição de *actante* argumentador pode ser ocupada por vários *atores*, ou seja, por vários indivíduos aliados.

A distinção actantes/atores permite retomar o famoso *slogan*, estranhamente muito usado, “a argumentação é a guerra”, assim como também a família das metáforas bélicas que, às vezes, com prazer, lhe é associada. É importante não confundir a oposição entre discursos – entre actantes – e as eventuais colaborações ou conflitos entre pessoas – entre atores. A situação de argumentação assim como acaba de ser definida só é conflitante quando os atores se identificam nos papéis

argumentativos. No caso mais evidente, o da deliberação anterior, o mesmo ator pode percorrer pacificamente todos os papéis actanciais. Se um grupo fortemente ligado por um interesse comum examina uma questão colocando em jogo este interesse comum, acontece também que esses membros examinam sucessivamente as diferentes respostas possíveis a esta questão e os argumentos que as sustentam. No desenrolar deste processo, eles percorrem de maneira metódica as diferentes posições actanciais, sem identificação clara para uma dessas posições, e sem que apareçam necessariamente antagonismos de atores.

Por razões teóricas e empíricas, a polemicidade não é então inerente à argumentação. Ela surge fatalmente, no que parece, quando os atores, estando estabilizados sobre posições de actantes, os discursos desempenham um papel essencial na estruturação das pessoas dos argumentadores<sup>1</sup>.

## 2. Teoria da argumentação como crítica dos paralogismos

A ideia de crítica do discurso argumentativo tomou vida há vinte e cinco séculos na ideia de crítica dos sofismas e dos paralogismos (falácias), questão sobre a qual se manifesta uma diferença profunda entre os conceitos “continentais” e os conceitos “anglo-saxônicos” da argumentação. A pesquisa de língua inglesa desenvolveu-se, primeiramente, como uma teoria dos paralogismos, após a publicação de *Fallacies* (1970), obra fundamental de Hamblin. Partindo da análise das condições de validade do silogismo, visto como instrumento da ciência, a abordagem se

<sup>1</sup>Encontramo-nos, então, nas situações como aquelas tratadas por D. Maingueneau (1983).

generalizou na crítica lógico-epistêmica do discurso ordinário<sup>2</sup>. Ela fornece uma resposta à primeira questão crítica: “pode-se, graças à análise linguística e argumentativa, mostrar que um discurso na língua natural é um discurso falacioso?”. Essa problemática permanece estranha às abordagens em língua francesa, quer estejam associadas à linguística da língua, às ciências cognitivas ou retóricas.

## 2.1 Interesse

Antes de mostrar, a partir de um exemplo desenvolvido, o interesse dessa abordagem, tomemos um exemplo agradável e recente:

De qualquer maneira, baixas (na Bolsa de Valores) de 10% não se as terá durante 10 dias (ouvido no rádio).

Se a Bolsa tiver uma queda de 10% durante 10 dias, sobrarão, evidentemente, ao aplicador na Bolsa, 34,86% de sua fortuna. Em outras palavras: a argumentação em língua natural deve também estar de acordo com a aritmética, a geometria, a álgebra e a física, que não são nem mais nem menos “naturais” que a lógica. É um ponto sobre o qual é preciso insistir.

Os trabalhos sobre os paralogismos mencionam regularmente a existência de um paralogismo dos quantificadores, que consiste na permutação incorreta dos quantificadores “existe” e “para tudo”. Assim Woods & Walton (1994, p. 91) propõem analisar a argumentação seguinte como um paralogismo de ambiguidade:

Tudo tem uma causa / Cada um de nós tem um pai

então Alguma coisa é causa de toda coisa / Existe um indivíduo que é pai de todos nós

<sup>2</sup> Cf. Plantin, 1996, cap. 5 “La loi du vrai: argumentations et paralogismes”. *Id.*, 1990, chap. 3 “Les racines de l’argumentation dans la sophistique”. *Id.*, 1995.

Não é impossível atribuir ao texto seguinte, no qual se reconhecerá uma variante do argumento do Primeiro Motor, uma tal estrutura:

E todos os gênios da ciência, Copérnico, Kepler, Galileu, Descartes, Leibniz, Buler, Clarke, Cauchy, falam como ele [= Newton]. Eles todos viveram em uma verdadeira adoração da harmonia dos mundos e da mão todo-poderosa que os jogou no espaço e que lá os mantém.

E essa convicção, não é por impulsos, como os poetas; é por números, teoremas de geometria que lhe dão sua base necessária. E o seu raciocínio é tão simples que crianças o seguiriam. Vejam de fato: (1) eles estabelecem, primeiramente, que a matéria é essencialmente inerte e que, por consequência, se um elemento material está em movimento, é que um outro o obrigou, (2) porque todo movimento da matéria é necessariamente um movimento comunicado. (3) Então, dizem, (3a) como existe no céu um movimento enorme, que leva, para os infinitos desertos, bilhões de sóis de um peso que esmaga a imaginação, (3b) é que existe um motor todo-poderoso. Eles estabelecem, em segundo lugar, que esse movimento dos céus supõe resolvidos os problemas de cálculo que demandaram trinta anos de estudos [...] (BOUGAUD, 1883).

O primeiro parágrafo argumenta sobre a autoridade especializada dos “gênios da ciência”, e o segundo parágrafo dá uma prova independente da existência da *Mão todo-poderosa*. O dispositivo satisfaz, então, uma exigência de base da argumentação de autoridade: os especialistas concordam e existe

<sup>3</sup> A segunda metade do século 19 vê florescer as obras da apologética cristã, que tentam argumentar contra os avanços positivos da ciência (cf., por exemplo, J.-B. Jaugey. *Dictionnaire apologétique de la foi catholique contenant les preuves principales de la vérité de la religion et les réponses aux objections tirées des sciences humaines*. Paris/Lyon: Delhomme et Briguet [prefácio datado de 1889]). Contrariamente ao que se diz, por vezes, a argumentação jamais foi esquecida: instrumento de lutas em vão, ela tem sido deslegitimada.

uma prova independente (WOODS; WALTON, 1994).

A estrutura lógico-retórica dos enunciados cruciais (1) - (3b), que apresenta uma clara intenção argumentativa, é a seguinte:

- (1) Eles estabelecem, inicialmente, apenas P; que, por consequência, se Q, é apenas R
- (2) porque S.
- (3) Então, afirmam, já que T, é apenas U.

Consideremos o enunciado (1). Seja “x” e “y” elementos materiais diferentes.

- seja “My” o fato de que um elemento material “y” está em movimento;
- notamos: “Cxy” a afirmação “x constrange y para o movimento” (não se sabe se houve um choque inicial de “x” sobre “y” ou ação permanente de “x” sobre “y”; em outras palavras, se a criação é histórica ou contínua);
- então: “se Q, é apenas (porque) R” se nota “My  $\rightarrow$  Existe um elemento x tal que Cxy”
- em outras palavras: “Para todo elemento y, existe um elemento x tal que: (My  $\rightarrow$  Cxy)”.

O enunciado (2) “*pois todo movimento da matéria é necessariamente um movimento comunicado*” é interpretado como uma simples reformulação do enunciado anterior, ou seja:

- (2’) Para todo elemento y, existe um elemento x tal como: (My  $\rightarrow$  Cxy)

O enunciado (3a) “*existe no céu um movimento enorme, que leva para os infinitos desertos bilhões de sóis de um peso que esmaga a imaginação*” pode-se ler como uma afirmação da existência do movimento: “Existe movimento”, “Existe y tal que My”. Autorizando-se pela forma superlativa do enunciado, passa-se de “Existe movimento” para “Tudo está em movimento”. O Motor Essencial exerce uma ação não somente local (ele move tudo que está em movimento) mas também universal (mas tudo está em movimento; então, ele move tudo).

Pode-se escrever (3b) “há um motor todopoderoso” como

Existe um x qualquer que seja, para todo y  
(My  $\rightarrow$  Cxy)

Se se postula neste texto uma ligação argumentativa entre (1)-(2) e (3b), e não somente uma simples justaposição de enunciados, pode-se deduzir disso que ele comete o famoso paralogismo de permutação de quantificadores:

Para todo elemento y, existe um elemento x  
(My  $\rightarrow$  Cxy)

Existe um x qualquer que seja, para todo y  
(My  $\rightarrow$  Cxy)

É possível que essa tradução force o texto – nesse caso, ou ela é falsa, ou o texto não é mesmo falso. Se se admite que ela tem alguma coisa a ver com a lógica do texto deve-se então responder afirmativamente à primeira questão crítica: “Pode-se, pela análise lógico-linguística de uma argumentação, mostrar que um discurso em língua natural é falacioso?”.

Mas é preciso permanecer sensível às condições sob as quais se estabelece essa conclusão; ela supõe um processo de tradução lógica que é geralmente fácil de rejeitar. Por exemplo, à acusação de sofisma dirigida ao encadeamento considerado na introdução (“Eu sou incompreendido. Os grandes artistas são sempre incompreendidos”), responder-se-á que simplesmente se fez uma sugestão, que se forneceu uma pista e não uma conclusão; à acusação de permutação ilegítima de quantificadores, um moderno objetará que a ela falta o caráter radicalmente metafórico do texto (o Primeiro Motor é o Big Bang). Nos dois casos, o que é agora declarado falacioso é aquilo que está sob forma silogística do enunciado e não o próprio enunciado... Em outras palavras, o argumento do lógico é recusado como *argumentum ad fallaciam*, sua arbitragem é denunciada: o sofista é você.

Se o discurso, objeto de análise, estiver conforme as normas lógico-epistêmicas, ele

deve simplesmente passar por alguns retoques; se ele somente tiver a aparência de validade, importa, então, manifestar o sofisma que contém. O sentido geral e os riscos da abordagem são perfeitamente resumidos na seguinte citação:

As Richard Whately remarked, "... a very long discussion is one of the most effective veils of Fallacy; ...a Fallacy which when stated barely ... would not deceive a child, may deceive half the world if diluted in a quarto volume" (*Elements of Logic*, p. 151). Consequently, an important weapon against fallacy is condensation, extracting the substance of an argument from a mass of verbiage. But this device too has its dangers; it may produce oversimplification, that is, the fallacy *a dicto secundum quid*, of dropping relevant qualifications. When we suspect a fallacy, our aim must be to discover exactly what the argument is; and, in general the way to do this is first to pick out its main outlines and then to take into account any relevant subtleties or qualifications (MACKIE, [s.d.]).

Seremos sensíveis à visão negativa da linguagem que aí se expressa: "véu da falácia" "[diluição]", "massa verborrágica", que se interpõem ao exercício puro do pensamento. A análise lógica fornece as "armas" contra o discurso espontaneamente enganador. Paralelamente, as pessoas em interação são engajadas na(s) "muito longa(s) discussão(ões)", que as levam cognitivamente a um estado "infantil", em que tentam, semi-inconscientemente, se "enganar" mutuamente.

## 2.2 Limites

A teoria moderna dos paralogismos tem o mérito essencial de engajar a teoria da argumentação na direção de uma crítica do discurso argumentativo. O apelo às normas - quer sejam lógica, lógico-epistêmica ou comunicacional - funciona bem para alguns tipos de debates que acontecem nos quadros comunicacionais institucionalizados, fortemente arbitrados. A eficácia das normas

está ligada a esse tipo de restrição convencional (que a convenção valha *hic et nunc*, como nos debates dialéticos tradicionais, ou que ela seja fixada num protocolo, como no tribunal).

No fundo, a ideia que sustenta esses sistemas normativos é que um discurso se torna falacioso e potencialmente manipulador na medida exata em que se torna retórico. E ele torna-se retórico na medida em que trata os problemas em função da situação (de considerações periféricas), ele usa uma língua mal feita (a língua natural), ele é mantido por indivíduos interactantes atormentados por afetos. Daí vem a solução: para ter uma boa argumentação, saiam da linguagem, dos afetos, da situação, da interação.

Apesar de toda a evidência, isso às vezes é necessário; não é tão fácil para a fada argumentação se desfazer dos trajes da bruxa retórica. É necessário ver que uma das características essenciais do debate é jogar de acordo com as regras do debate<sup>4</sup>, ou, como Gabriel Garcia Marquez faz dizer o seu herói, José Arcadio Buendia, qual é o interesse do jogo se estamos de acordo em respeitar as regras?

Um dia, o pai Nicanor o convidou a jogar damas. José Arcadio Buendia recusou, pois ele não via interesse em uma competição entre dois adversários que concordavam com as regras. O pai Nicanor, que nunca tinha visto o jogo de damas nesse ângulo, não pôde nunca mais jogar. (Gabriel Garcia Marquez, *Cem anos de solidão*<sup>5</sup>)

<sup>4</sup> M. Doury. **Le débat immobile**. L'argumentation dans le débat sur les parasciences. Paris: Kimé, 1997.

<sup>5</sup> "En cierta ocasion en que el padre Nicanor llevo al castaño un tablejo y una caja de fichas para invitarlo a jugar a las damas, José Arcadio Buendia no accepto segun dijo, porque nunca pudo entender el sentido de una contienda entre dos adversarios que estaban de acuerdo en los principios. El padre Nicanor, que jamas habia visto de ese modo el juego de damas, no pudo volverlo a jugar" (Gabriel Garcia Marquez. **Cien años de soledad**. Editorial Sudamericana, p. 79).

### 3. As manipulações argumentativas

#### 3.1 Do paralogismo à manipulação

##### 3.1.1 A segunda questão crítica

A segunda questão crítica pode aparecer como uma extensão da primeira, da qual, na verdade, é muito diferente: “Pode-se, por análise argumentativa, mostrar que um discurso – por exemplo, os discursos sexistas, racista... – é um mau discurso (falso, manipulador, ...)?”. Poderíamos dizer que, se a primeira questão concerne à formação e ao exercício do espírito crítico sobre o plano científico, a segunda situa-se sobre o plano cidadão.

A resposta para essa pergunta é negativa. A análise argumentativa tem por objeto a fala e o discurso em interação. Não há mais marcador linguístico de um discurso verdadeiro do que marcadores linguísticos de um bom discurso ou de um belo discurso. A situação no nível do discurso é a mesma que no nível do enunciado; nenhuma linguística permite dizer que o locutor mente ao falar que “Pedro come a maçã”, se Pedro não come a maçã. Em outras palavras, assim como numa disputa em que se enfrentam duas concepções do mundo ou da vida o apelo às normas lógicas pode ser levado ao *status* de argumento, há aqui o apelo ao real que é definido como um argumento, o argumento da realidade: você o enxerga bem! Mas é preciso lembrar-se, entre outras coisas, da história exemplar de Semmelweiss (PLANTIN, 1996)<sup>6</sup>.

Enfatizamos que essas duas questões críticas são ambas bem distintas da questão do

ator: “É possível mostrar que um discurso manipulatório é manipulatório?” A essa segunda questão, minha resposta é que é preciso esperar que sim, optando por um otimismo bastante aristotélico: a verdade prevalece afinal. Pode-se, sem dúvida, opor a um discurso manipulatório um contra-discurso, melhor informado, melhor construído, melhor argumentado. Mas, para tanto, é preciso ter acesso a dados do mundo. E isso não é para a análise de discurso ou de interações, mas sim para as ciências sociais vigorosas, que possuem o *expertise ad hoc*, que acabam de construir um discurso em que é reestabelecida a verdade, em que são denunciadas as explorações tendenciosas dos números, a falta de métodos. Nada proíbe de pensar que a análise linguística da argumentação possa colaborar com essa tarefa, mas ela não pode certamente pilotá-la.

##### 3.1.2 A argumentação da manipulação

O discurso sobre a manipulação não está protegido dos “efeitos de campo”<sup>7</sup>. De fato, falar de manipulação é colocar-se na perspectiva de um discurso acusatório, e a partir de então tomado no jogo da contradição argumentativa. Nesse quadro, dizer que um discurso é manipulador é invalidar esse discurso pelo argumento da manipulação.

nós	eles
nós iludimos, manobramos com habilidade	eles manipulam eles são de má fé
nós somos de boa fé	eles mentem
nós, as vezes, erramos	sistematicamente
nós categorizamos	eles amalgamam
nós nos enganamos às vezes	eles nos enganam sistematicamente

<sup>6</sup> Sobre a construção dogmática da evidência, ver: DAHAN, G. L'affrontement. In: \_\_\_\_\_. **Les intellectuels chrétiens et les juifs au moyen-âge**. Paris: Cerf, 1999.  
DAHAN, G. Présence du judaïsme. In: \_\_\_\_\_. **La polémique chrétienne contre le judaïsme au Moyen Age**. Paris: Albin Michel, 1991

<sup>7</sup> Tem-se um efeito de campo, por exemplo, no seguinte caso: se alguém defende uma conclusão julgada boa por uma má argumentação (fatos mal construídos, denominações invalidantes, encadeamentos acrobáticos), então seu campo dissocia e valida a argumentação para a retidão da intenção.

Mas é sempre preciso lembrar-se da recomendação: não se pode confiar nas críticas, o livro que eles recomendam pode ser bom. O mesmo princípio vale para a argumentação: não se pode confiar no seu oponente, ele pode estar errado. Em outras palavras: eu teria tendência em dizer que o discurso ao qual eu me oponho é manipulador. Mas ele pode sê-lo de verdade.

### **3.2 A argumentação é linguageira, situada, afetiva e problematizante**

Se se define a argumentação na contradição discursiva, então a argumentação é necessariamente retórica, ou seja, linguageira, situada, afetiva (PLANTIN, 1997b, 1998) (figurativa, metafórica...) e problematizante. Segue-se, então, que a oposição *nós argumentamos / eles fazem retórica* pode figurar vantajosamente no díptico NÓS/ ELES.

#### **3.2.1 A argumentação é situada**

Esse fato tem consequências múltiplas. Uma posição pode ser sustentada por dados perfeitamente externos à questão (dados “de ocasião” cf. Plantin 1997a); existe sem nenhuma dúvida quadros comunicacionais que tornam todas as argumentações que se tenta manter radicalmente falaciosas.

Sob algumas condições, pode-se ser categoricamente posto em posição de ter de assumir uma posição que se rejeita. Se eu apoio com firmeza a posição X diante de B, eu coloco B em posição de oponente, mesmo se, no fundo, ele estiver de acordo comigo sobre a posição X (sem dúvida tenho alguma razão obscura em querer debater com ele). Um tom “veemente” desempenha um papel essencial nesse posicionamento do interlocutor.

A argumentação é estruturada por uma diferença, uma oposição de papéis: Proponente, Opositor ou Terceiro. Ora, uma determinada situação pode ser estruturada por diversos papéis de um tipo completamente

diferente: de gerações (adulto/adolescente), sexuais (homem/mulher), institucionais (alunos/professor). Os dialéticos pensam que é possível abstrair-se desses papéis sociais, para centrar a troca unicamente nos papéis argumentativos, mas consideramos que a situação didática, por exemplo, a complementaridade dos papéis professor/aluno, é inevitável. Ora, ela pode voltar-se para a oposição e reforçar-se de outras oposições de papéis sociais, como os precedentes. Se o professor tomar o papel argumentativo de Proponente, então o aluno encontra-se no papel de opositor. Em outras palavras, aproxima-se do paradoxo: se se quer ensinar alguma coisa, é necessário ensinar o contrário.

#### **3.2.2 A argumentação é problematizante**

A fada argumentação tem um compromisso. Uma série de paradoxos se prende ao fato de que argumentamos em uma situação orientada por uma questão e em presença de um contra-discurso.

### **3.3 Argumentar a favor de P enfraquece P**

Primeiramente, porque argumentar é um erro corriqueiro de muita gente: como aceitar não ser engajado, não saber, não dar opinião? O gosto de argumentar a favor ou contra tudo e qualquer coisa pode tornar-se uma doença, a mania de ter sempre razão, uma miserável máscara da vontade de poder; apliquemo-nos, antes, a descrever e relatar de modo próprio. Poder-se-ia desenvolver esse discurso *contra o debate, contra a argumentação*.

Em seguida, porque a crença argumentativa (“por indução”) será sempre considerada inferior à crença pela afirmação simples; Newman formulou essa ideia de forma particularmente enérgica, primeiro em epígrafe de sua *Gramática do assentimento* (1870/1975), pela boca de Santo Ambrósio.

Não é na dialética que agradou ao Senhor salvar seu povo,

ou então:

Muitos são capazes de viver e morrer por um dogma; ninguém gostaria de ser mártir por uma conclusão (p. 153);

Para a maioria das pessoas, a argumentação torna o ponto em questão ainda mais duvidoso e consideravelmente menos impressionante (p. 154).

Foi por isso que Tomás de Aquino discutindo a questão “Devemos discutir em público com os incrédulos?” destaca dentre os argumentos negativos que “a religião é uma coisa muito certa; uma disputa pela sua própria natureza, a coloca em dúvida” (DAYAN, 1991, p. 44; DAYAN, 1999, p. 353).

### 3.4 Refutar P reforça P; não fazê-lo, ainda mais.

Sabe-se muito bem que é melhor ser criticado do que ignorado, e que ser a fonte de uma polêmica é sempre considerado como uma posição ideal. Procurar os contraditores é sempre uma estratégia argumentativa. Inversamente, valida-se um discurso provocando nele uma contradição. O ato de opor, colocando um discurso contra, provoca uma questão que, por retroação, legitima os discursos que lhe respondem. P. Vidal-Naquet descreveu de forma excelente essa armadilha argumentativa no caso do discurso negacionista.

Por muito tempo hesitei antes [...] de escrever essas páginas sobre o pretenso revisionismo, a cerca de uma obra da qual os editores nos dizem sem rir: “os argumentos de Faurisson são sérios. É preciso responder-lhes”. As razões de não falar eram diversas, mas de valor desigual. [...] Enfim, responder, não seria acreditar na ideia de que havia efetivamente debate, e fazer publicidade de um homem que é intensamente ávido por ela? [...]

É a última objeção que, na verdade, é a mais grave. [...] É verdade também que tentar debater seria admitir o inadmissível argumento das duas “escolas históricas”, a “revisionista” e “a exterminacionista.” Haveria, como ousa escrever um panfleto de outubro de 1980 [...], os “partidários da existência das ‘câmaras de gás’ homicidas” e os outros, como há partidários da cronologia alta ou da cronologia baixa pelos tiranos de Corinto. [...]

Do dia em que R. Faurisson, universitário devidamente habilitado, ensinando em uma grande universidade, pôde se expressar no *Le Monde*, pronto para ser refutado de imediato, a questão deixava de ser marginal para se tornar central, e aqueles que não tinham um conhecimento direto dos eventos em questão, os jovens principalmente, tinham o direito de perguntar se se queria esconder algo deles. Daí, a decisão tomada por *Les Temps modernes* e por *Esprit* de responder.

Responder como, já que a discussão é impossível? Procedendo como se faz com um sofista, ou seja, com um homem que se parece com aquele que diz a verdade, e do qual é preciso desmontar, peça por peça, os argumentos para desmascarar a falsa aparência (P. Vidal-Naquet. Un Eichmann de papier. In: *Les assassins de la mémoire*. Paris: La Découverte, p. 11-13).

Tem-se aí a variante linguística de um efeito geral muito conhecido das estratégias: espalhar sua força pode impressionar o adversário, mas também pode fazê-lo parecer mais impressionante em virtude do paradoxo do mais forte:

A força espalhada, longe de minimizar o inimigo, o fazia crescer (P. Miquel, *La guerre d'Algérie*, p. 190).

A atualidade fornece regularmente novas ocorrências:

Roger Garaudy “duvida” ainda da existência das câmaras de gás.

Mais adiante no livro, Roger Garaudy evoca *Shoah*, o filme de Claude Lanzmann,



que ele trata como “um péssimo filme”. “Vocês falam de ‘Shoah business’, vocês falam que esse filme traz somente testemunhas sem demonstração. É uma forma de dizer que as câmeras de gás não existem”, sugere o presidente. “Certamente não, protesta Roger Garaudy. Até que um debate científico e público não seja organizado sobre a questão, a dúvida será permitida” (*Le Monde*, 11-12 jan. 1998, p. 7).

Aqui, o revisionista não se arrisca; ele reivindica a posição do Terceiro. Ele pode mesmo dizer que o presidente comete um sofisma de argumentação sobre a ignorância (dizer que não se prova P, não é dizer não-P). Vê-se bem aqui que a refutação não poderia se prender ao discursivo, mas que ela deve manifestar um saber: aqui a afirmação é falsa, pois o trabalho científico está feito.

O exemplo seguinte propõe uma variante dessa estratégia formidável. O mesmo ator atua em dois papéis fazendo-se Opositor de uma Proposição que ele enuncia; uma refutação fraca de P reforça P.

Gérard Chauvy comparece à difamação de Raymond e Lucie Aubrac.

Ele tinha citado uma memória de Klaus Barbie descrevendo-os como resistentes “regressados”.

Gérard Chauvy, que afirma ter tido conhecimento da memória de Klaus Barbie em 1991, foi o primeiro a assegurar a essas sessenta páginas que circulavam com discricção, uma difusão pública, reproduzindo-os *in extenso* nos anexos de sua obra. Por isso, ele toma parte das teses como sustenta a parte civil? As reservas que essa memória pareciam lhe inspirar são apenas uma manobra a mais para lhe dar crédito? De qualquer modo, esse documento está no centro do debate (*Le Monde*, 7 fev. 1998, p. 10).

O Proponente é fraco quanto ao que sustenta o peso da prova. É forte, pois ele cria uma questão.

### 3.5 É sempre legítimo problematizar? (opor-se / propor)

É a questão da certeza. Estamos certos de quê? Podemos debater o quê? Questionar, produzir um discurso de proposição, é exercer seu direito de expressão, o que Bruno Latour chama “a liberdade de opinar”. No mesmo sentido, van Eemeren & Grootendorst (1996) colocam, como Regra 1 para a discussão crítica, que:

Os parceiros não devem resistir à expressão ou à dúvida dos pontos de vista (p. 124).

É a posição, cuidadosamente argumentada, de Stuart Mill:

If all mankind minus one were of one opinion, mankind would be no more justified in silencing that one person than he, if he had the power, would be justified in silencing mankind. » (1859/1987, p. 76).<sup>8</sup>

Temos, no entanto, o direito de duvidar de tudo e de qualquer coisa? A resposta de Aristóteles é não (notaremos que ela se apoia em dois tipos de evidência, a evidência sensível e a evidência moral):

Não se pode, enfim, examinar toda tese nem todo problema: é somente no caso em que a dificuldade é proposta por pessoas à procura de argumentos, e não quando é uma punição que ela requer ou quando é suficiente abrir os olhos. Aqueles que, por exemplo, questionam-se para saber se é necessário ou não honrar os deuses e amar seus pais só precisam de uma boa correção, e aqueles que perguntam se a neve é branca ou não só precisam olhar (*Tópicos*, I, 11).

Esses posicionamentos gerais, descontextualizados, fazem abstração das condições pragmáticas de “disputabilidade” de proposição dada: não se discute necessariamente qualquer coisa com qualquer pessoa, em qualquer circunstância (não

<sup>8</sup> J. S. Mill. *On Liberty*. Penguin Books, 1859/1987.

importam quando, onde, como, para que finalidade...). Perelman & Olbrechts-Tyteca são muito sensíveis ao “qualquer um”:

Há seres com quem qualquer contato pode parecer supérfluo ou pouco desejável. Há seres para os quais não nos preocupamos em dirigir a palavra; há também aqueles com quem não queremos discutir, mas nos contentamos em lhes dar ordens (1958/1970, p. 20)

### 3.6 A argumentação é afetiva

Van Eemeren & Grootendorst (1996) propõem o seguinte exemplo de argumentação falaciosa pela “exploração das emoções negativas... dos preconceitos étnicos...”:

Como emoções positivas exploráveis, citamos os sentimentos de segurança e lealdade; como emoções negativas, o medo, a avidez e a vergonha. As emoções negativas coletivas estão geralmente ligadas aos preconceitos sociais e étnicos. Assim que entram em jogo tais emoções coletivas, a identificação com o interesse do grupo exerce um papel essencial. Quanto mais essas emoções serão presentes no meio do grupo, mais elas serão eficientemente exploráveis por um *argumentum ad populum*. Assim, o locutor que deseja, por exemplo, reduzir o número de estrangeiros em uma zona residencial valorizada se contentará em recorrer ao interesse coletivo da assistência postulando o preconceito segundo o qual a abertura aos estrangeiros pode comprometer a identidade do grupo. Se ele consegue simultaneamente colocar em jogo os interesses individuais pela evocação de um prejuízo material (fazendo temer, por exemplo, uma queda dos valores imobiliários), toda discussão sobre esse tema torna-se praticamente supérflua (p. 151-152).

Mas se não se discute com seus oponentes, com quem, então? A discussão seguinte se inscreve no quadro da tese segundo a qual toda construção linguístico-cognitiva de um evento é acompanhada de uma construção afetiva desse mesmo evento. O discurso verdadeiro é

também um discurso, e um discurso emocionado. Bally o lamenta:

**§166. Segundo exemplo: a noção de valor.** Segue agora um caso mais especial. Nosso pensamento (e é uma das causas de sua incurável impotência) adiciona espontaneamente às mínimas percepções uma “ideia de valor”, ou seja, que um obscuro instinto de conservação se volta todo para o nosso eu, a nossa vida, ao nosso bem-estar. O primeiro resultado dessa enfermidade é que nossas percepções são acompanhadas de sentimento de prazer ou de desgosto; [...] (1951, vol. 1, p. 152).

As argumentações contestadas partem de emoções para discutir valores e interesses. A problemática moderna dos valores (“*em nome de...*”) remete às problemáticas da subjetividade da afetividade e das orientações argumentativas. Quanto aos interesses, se eles devem ser diferenciados dos valores, é possível trazê-los facilmente à célebre trilogia “*honos, uoluptas, pecunia*”, o poder, o prazer, o dinheiro. Somente o último foi etiquetado (*ad pecuniam*), mas certamente falar-se-ia tanto de argumento *ad uoluptatem* quanto de argumento *ad honorem*. O questionamento dos valores e dos interesses são acompanhados forçosamente de emoção.

Lembramos rapidamente (i) qual direção pode tomar a discussão das argumentações fundadas sobre os valores, e (ii) que não há razão para denegrir o apelo aos valores como a identidade de grupo ou os interesses financeiros. Suponhamos de fato que a argumentação sobre os valores tenha a forma do silogismo prático seguinte:

- (a) V é um valor positivo/negativo V
- (b) X promove/opõe-se ao valor V

*Regra de ação: Deve-se combater, agir, em favor de seus valores*

- (c) Reforcemos / combatamos X!

Aplicada à questão da identidade, esse “silogismo de valores” fornece o seguinte encadeamento:

- (1) A identidade do grupo é um valor positivo
- (2) A abertura aos estrangeiros coloca em perigo a identidade do grupo
- (3) Combatamos a abertura aos estrangeiros, fechemos nossa fronteiras e nossos bairros!

### (i) Rejeição desde a premissa (1) ou a premissa (2)

#### • Recusa de operar

a dedução a partir da premissa (1): A identidade do grupo é o valor que condiciona a dedução? Todo valor afronta um contra-valor; ele pode e deve ser avaliado e criticado: é um valor positivo ou negativo (um não-valor, um preconceito)? Qual é o seu grau de universalidade? Dizer que uma identidade do grupo é um valor não é constituir o dito valor em absoluto.

– *Recusa da premissa (1)*: Pode-se, assim, negar a conclusão (3) rejeitando a premissa (1): a identidade do grupo é um não-valor, recusado pelo analista porque é sinônimo de xenofobia, de etnocentrismo. Essa posição constitui uma afirmação substancial sobre a *correção* dos valores. Nesse caso, não é a técnica argumentativa de apelo a *um* valor que é invalidada, mas o apelo a *esse* valor; o contra-valor que funda essa rejeição, por exemplo, aquele que valoriza a “*vila planetária*” (a “*mestiçagem*”, “*eu sou o outro*”...) não deixa de ser um valor: não se pode *excluir* os valores, pode-se somente *trocá-los* ou *hierarquizá-los* diferentemente.

– *Subordinação da premissa (1)*: a identidade do grupo é considerada como um valor positivo, mas ela está subordinada a um outro valor mais alto, por exemplo, o valor “*fraternidade*”. Encontramo-nos em um caso clássico de conflito de valores, que constitui

talvez o domínio de exercício por excelência da argumentação. Nesse caso, a dedução não deve se operar a partir de (1), mas de (1'):

- (1') O valor fundamental que rege as relações humanas não é a identidade grupal, mas a fraternidade

• **Rejeição da premissa (2)**: A abertura para os estrangeiros leva/não traz prejuízo a esse valor. Trata-se, agora, de determinar se o apelo a tal valor está fundado ou não nessa situação em questão “*devemos receber os estrangeiros no nosso bairro?*”. Pode-se admitir (1) e recusar (2), defendendo, por exemplo, que a abertura aos estrangeiros fortalece a identidade do grupo, enriquecendo-a; ou então que a identidade do grupo é incerta há tanto tempo que ela não resistiu à prova de abertura aos outros.

Nos dois casos, a conclusão será: se há algo de falacioso, ou é o apelo a um valor que o analista declara falacioso por essência, ou então é o recurso falacioso a tal valor em tal contexto, mas de forma nenhuma *o apelo aos valores em si mesmo*. Esse recurso parece, ao contrário, fundamental em toda argumentação que engaja os locutores, ou seja, precisamente nas trocas em que se pretende dar conta da teoria da argumentação como “lógica não formal”, ou “cotidiana”.

### (ii) Interesse e identidade não são valores diabólicos

É fácil mostrar que o apelo a valores como a “*identidade do grupo*” ou o “*interesse financeiro*” funciona nas argumentações de aspecto perfeitamente digno, que constituem casos paralelos ao precedente.

– Para impor um regime de cota aos filmes *syldaves*:

- (1) A identidade do grupo é um valor
- (2) A importação agressiva de filmes *syldaves* compromete a identidade do grupo

(3) Limitemos a importação de filmes *syldaves*!

– Contra uma extensão das pistas do aeroporto:

Eu posso argumentar contra a extensão das pistas do aeroporto próximo do meu domicílio “pela evocação de um prejuízo material (especulando, por exemplo, uma queda dos valores imobiliários)”, através de uma impecável argumentação *ad pecuniam*:

(1) Meus interesses financeiros exigem no mínimo a preservação do valor da minha casa

(2) A extensão das pistas do aeroporto leva a perda do valor da minha casa

*Regra de ação: É legítimo defender seus interesses*

(3) Não à extensão das pistas do aeroporto!

Aí também, eu seria acessível a uma contra-argumentação, me mostrando que o interesse coletivo é um valor superior ao meu interesse particular, e que deve então prevalecer, sobretudo se ele vier acompanhado de uma justa compensação financeira. Assim caminha a racionalidade humana.

#### 4. Os “discursos contra”

No quadro anteriormente definido de uma abordagem da argumentação como essencialmente interativa, linguageira, situada, afetiva e problematizante, a crítica da argumentação pode ser orientada para a noção de contra-discurso. Suponha-se que cada forma argumentativa (tipo de argumento) admite um contra-discurso: “Contra as testemunhas”, “Contra os *experts*”, “Contra a analogia”, “Contra a causalidade”, “Contra as definições”, “Contra as categorizações”, “Contra as emoções” etc.<sup>9</sup> Encontramo-nos,

<sup>9</sup> Essa designação foi tomada o filósofo céptico Sextus Empiricus, cujo tratado *Contre les professeurs* inclui, sobretudo, um livro “Contre les rhéteurs”. Os cépticos fazem da prática da refutação a essência de uma

então, voltados à origem fundamentalmente interacional do objeto de estudos de argumentação. Tomemos, por exemplo, os discursos contra as testemunhas. Eles se fundamentam sobre duas opções, exame do fato, exame da testemunha; eles podem ser voltados para as seguintes linhas:

Contra as testemunhas:

– O fato não é acreditável, não é possível, não é verossimilhante.

– A testemunha não é confiável:

– ela é interesseira, ela não é sincera, ela mente.

– ela se engana: não há “a ciência do fato”, ela não é competente, ela foi abusada.

– em outros casos em que seu testemunho pôde ser verificado, seu testemunho revelou-se falso.

– “*Testis unus, testis nullus*”: ela é a única a afirmá-lo, seu testemunho não pode ser mantido.

–...

Em outros termos, ter um espírito crítico frente a um testemunho é ser capaz de pôr em prática, em um caso particular, a bateria de discursos críticos resumida abaixo, o que, a propósito, exige, certamente, uma aprendizagem substancial.

Considera-se, então, que os locutores devem regrar eles mesmos seus diferentes, e que eles o fazem exercendo normalmente sua competência crítica discursiva, sem recorrer a regras arbitrárias externas. Hamblin chama a atenção desse ponto:

filosofia que põe em dúvida a existência e a possibilidade do saber. Sextus Empiricus, IV. **Against the professors**. Tradução inglesa de R. G. Bury. 1949. Sextus Empiricus. **Esquisses Pyrrhoniennes**. Introdução, tradução e comentários de Pierre Pellegrin. Paris: Le Seuil (“Points”), 1997. F. Cossutta, **Le scepticisme**. Paris: PUF (“Que sais-je ?”), 1994.

Consider, now, the position of the onlooker and, particularly, that of the logician, who is interested in analysing and, perhaps, passing judgement on what transpires. If he says “Smith's premisses are true” or “Jones argument is invalid”, he is taking part in the dialogue exactly as if he were a participant in it; but, unless he is in fact engaged in a second-order dialogue with other onlookers, his formulation says no more than the formulation “I accept Smith's premisses” or “I disapprove of Jones's argument”. Logicians are, of course, allowed to express their sentiments but there is something repugnant about the idea that Logic *is* a vehicle for the expression of the logician's own judgements of acceptance and rejection of statements and arguments. The logician does not stand above and outside practical argumentation or, necessarily, pass judgement on it. He is not a judge or a court of appeal, and there is no such judge or court: he is, at best, a trained advocate. It follows that it is not the logician's particular job to declare the truth of any statement *or the validity of any argument*.

While we are using legal metaphor it might be worth while drawing an analogy from legal precedent. If a complaint is made by a member of some civil association such as a club or a public company, that the officials or management have failed to observe some of the association's rules or some part of its constitution, the courts will, in general, refuse to handle it. In effect the plaintiff will be told: “Take your complaint back to the association itself. You have all the powers you need to call public meetings, move rescission motions, vote the managers out of office. We shall intervene on your behalf only if there is an offence such as a fraud.” The logician's attitude to actual argument should be something like this. (1970, p. 244-245, *itálicos no texto*)

Perelman faz da universalidade do auditório a norma ideal do discurso retórico “forte”

(para Perelman, do discusso racional)<sup>10</sup>. A teoria das falácias baseia-se na exterioridade de um sistema de normas (lógicas, pragmáticas, comunicacionais) externas ao diálogo, cuja eficácia supõe a existência de um consenso sobre o que elas são por um lado, e sobre suas condições de aplicação por outro lado. A discussão anterior tende a substituir, nesses diversos sistemas, uma abordagem imanente do diálogo, em que a única norma do discurso é um contra-discurso. Do ponto de vista político, essas últimas abordagens conhecem uma limitação essencial, pois, parafraseando Poulantzas, não conseguiríamos secar com a colher de chá da crítica o oceano de besteiras, de infâmias e de erros.

A análise do discurso, em sua primeira maneira (AD)<sup>11</sup>, desenvolvida na França durante os anos 70, estava ligada a perspectivas, engajamentos e ambições políticas, sociais ou epistêmicas mais radicais. O parágrafo seguinte relembra que a análise do discurso e a análise da argumentação construíram-se a partir de projetos de pesquisa que, em seus inícios, se ignoravam totalmente.

## 5. AD e Análise da Argumentação: Histórias paralelas.

### 5.1 Nova retórica e análise de discurso

Não dispomos, pelo que eu saiba, de estudos sobre a recepção dos trabalhos de Perelman na França durante os anos 60 e 70, no momento em que nasce a Análise do Discurso. O *Tratado*, publicado em 1958, talvez tenha sido lido, o que está longe de ser comprovado, mas não foi realmente praticado,

<sup>10</sup> Cf. “... a importância primordial do auditório universal enquanto norma da argumentação objetiva” (Perelman; Olbrechts-Tyteca 1958/1976: 40)

<sup>11</sup> A notação AD refere-se a abordagens de análise de discurso desenvolvida na década de 70, referindo-se a uma constelação de autores (M. Foucault, M. Pêcheux...) e a problemáticas (históricas, epistemológicas, marxistas, psicanalíticas...).

PLANTIN, Christian. Análise e crítica do discurso argumentativo. Tradução de Rodrigo dos Santos Mota; Sébastien Giuliano Giancola; Thaise Almeida dos Santos. Revisão da tradução de Moisés Olímpio Ferreira; Sérgio Israel Levemfous. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n.1, p. 17-37, nov. 2011.

e, de qualquer maneira, sua influência foi extremamente limitada. Essa afirmação deve ser moderada em dois pontos: por um lado, os trabalhos ligados à Nova Retórica – que melhor valeria chamar de retórica neo-clássica – sempre foram conhecidos e discutidos nos meios especializados dos filósofos do direito. Por outro lado, essa corrente constitui uma referência muito bem estabelecida pela Escola de Neuchâtel, com Jean-Blaise Grize e de Marie-Jeanne Borel, como mostram os temas dos primeiros números da coleção *Travaux du centre de recherches sémiologiques* (= CdRS) (trabalhos do Centro de Pesquisas Semiológicas), no início dos anos 70.<sup>12</sup>

A tabela geral nos anos 70 teria então o seguinte aspecto. Na Bélgica, a argumentação retórica desenvolve-se com Perelman, cuja influência é imediata nos Estados Unidos, nos “Speech Departments” e nos Departamentos de Comunicação que integram a retórica. Na Suíça, a lógica natural propõe desenvolvimentos lógicos e cognitivos, baseados na linguística de Culioli, e no quadro intelectual marcado por Piaget. Mas na França, pelo que eu saiba, nada de notável aparece no domínio da teoria ou da prática da argumentação retórica<sup>13</sup>; a Nova Retórica não aparece como um fato cultural importante (em particular, ela não tem nenhuma influência na educação). Essa situação prevaleceu até mais ou menos a “volta” de Perelman, no fim dos anos 80.

Para compreender essa assincronia, é preciso levar em conta a atmosfera dos anos

70, marcada pelas grandes figuras de Althusser, Deleuze, Foucault, Lacan, Pêcheux, para citar alguns. As orientações intelectuais e ideológicas dominantes, tão contraditórias entre si quanto poderiam ser, rumavam, contudo, globalmente, no sentido de visões do discurso em oposição radical ao programa geral da Nova Retórica. A oposição é evidente no terreno sócio-político. O programa político, então em vigor, favorecia a contestação não verbal e a radicalização dos conflitos, em total oposição ao programa de negociação e de mediação racionais, conduzidas entre atores razoáveis, que acompanha a Nova Retórica. Em segundo lugar, a AD põe política na teoria do discurso, ou seja, ela considera que noções de sujeito, de sentido, de escolha e de intenção, fundamentais para a retórica, são do “velho mundo” clássico/tradicional/conservador/reacionário, e que sua rejeição constitui, então, um ato político fundador (ver subseção 7).

Desde os anos 90, me parece que a análise da argumentação integra-se a uma análise de discurso cuja problemática foi deslocada, considerando objetos mais complexos, sobretudo interacionais, levando em conta as noções operatórias (esse ponto é desenvolvido na subseção 7) menos imediata e sistematicamente preocupada em implantar diretamente um dogma político na mínima observação – no ponto em que a análise da argumentação poderia bem representar, *volens nolens*, a corrente crítica mais viva e mais fértil na análise do discurso atual.

## 5.2 Segunda fonte: a argumentação na língua

Na França, a relegitimação dos estudos de argumentação não aconteceu com Perelman, mas com Ducrot (*Les échelles argumentatives*, 1973) e com Ducrot & Anscombre (*L'Argumentation dans la langue*, 1983). O conceito de argumentação foi assim reintroduzido na pesquisa em

<sup>12</sup> Por exemplo, Vignaux, *La nouvelle rhétorique. Revue critique et perspectives d'application*. (CdRS 1, 1969-70); Borel, *Pour définir l'argumentation* (CdRS 3, 1969-70); ou Grize (éd.), *Logique de l'argumentation et discours argumentatifs* (CdRS 7, 1971).

<sup>13</sup> Mesmo fazendo a Roland Barthes a homenagem que lhe é devida, não se pode comparar seu ensaio sobre “L'Ancienne Rhétorique” (1970) nem com o *Traité* (1958), nem, na Alemanha, com o *Handbuch der literarischen Rhetorik* de Lausberg (1960).

linguística em uma perspectiva semântica e estrutural; reinscrito em um quadro saussureano que opõe a língua à fala, não só do lado do discurso – é uma diferença decisiva em relação a Perelman – mas também do lado da língua, através do conceito (um pouco oximórico) de pragmática integrada. Falar de “argumentação na língua” é considerar que a argumentação provém da competência linguística. O fato de que esse conceito tenha sido tão bem recebido, sem discussão nem resistência, pode ser tomado como uma prova da ausência completa de qualquer conceito neo-clássico de argumentação na época. Para todas as teorias clássicas, a competência argumentativa não é uma competência da língua (no sentido saussuriano), mas tipicamente uma competência de fala, de discurso, o que implica, sobretudo, que não basta falar para argumentar, e que a argumentação pode ser avaliada por outros critérios e não por aquele da boa formação gramatical do encadeamento “argumento + conclusão”: critérios lógicos, comunicacionais, discursivos, por exemplo, como propõem as diferentes teorias de paralogismos, a nova retórica ou a nova dialética. A ideia de uma competência crítica discursiva é totalmente estranha à teoria da argumentação na língua.

Essa constatação – que não é uma crítica, cada teoria não só tem o direito, mas também o dever de definir seus conceitos – basta para mostrar que as relações da argumentação neo-clássica com o conceito de argumentação “na língua” é problemática; a especificidade do conceito semântico de argumentação é, por outro lado, reconhecida por Anscombe quando ele fala de “argumentação em nosso sentido” (1995, p. 16).

A teoria da argumentação na língua, não mais do que com a Nova Retórica, não se desenvolveu em relação com a AD dos anos 1970: é possível ainda ver na obra de Williams *French discourse analysis*, em que Ducrot e Anscombe são considerados como

“pragmatists”, cuja obra é amplamente estranha, ou em oposição, à AD (WILLIAMS, 199, p. 119, 151 etc.), e em que Perelman está evidentemente ausente.

Essas pesquisas apresentam-se então como isolamentos teóricos<sup>14</sup>. O encontro entre análise do discurso, retórica argumentativa e argumentação na língua será feito somente mais tarde, sem dúvida, assim que todas essas teorias tiverem sido trabalhadas a partir de dados menos restritos, menos associados aos domínios filosófico ou político, menos condicionados pelas restrições teóricas *a priori*, nas quais elas surgiram.

## 6. Reviravoltas de conjunturas

### 6.1 Análise da argumentação e inversão da conjuntura

Como já vimos, poderia-se estimar a associação da análise da argumentação<sup>15</sup> com a análise do discurso como algo contra a natureza, sendo a análise da argumentação, no mínimo, incapaz de levar em conta a visão teórico-política ligada à AD, na pior das hipóteses, ressaltando uma conjuntura hostil:

[O percurso de Michel Pêcheux] encontra subitamente a reviravolta da conjuntura teórica que surge na França a partir de 1975. Crítico da teoria e das coerências globalizantes, desestabilização das positivities, de uma parte, e volta do sujeito, fluindo em direção do vivido e do indivíduo, de outra parte. Transformação da política em espetáculo! Era a grande ruptura. Deixava-se o tempo da “luta das classes na teoria” para entrar naquele do “debate” (MALDIDIER, 1990, p. 8).

<sup>14</sup> Como acontece com a argumentação, os links da análise da narrativa à análise do discurso e à análise conversacional merecem um estudo mais aprofundado.

<sup>15</sup> Seria necessário falar de análises da argumentação, alguns trabalhos misturando diversos modelos sem preocupações teóricas excessivas.

Independentemente do relatório de boa ou má conduta política que convém concernir à conjuntura retórica, o recurso à argumentação aparece atualmente útil para dar conta de um conjunto de situações discursivas, marcadas pela afirmação ou pela elaboração de pontos de vista contraditórios e pela necessidade de apoiar um discurso que o interlocutor se nega a ratificar. Ainda há um pouco de dialética no debate, e a contradição não é sempre “na teoria”. A questão do sujeito e aquela do *corpus* são bons exemplos de domínios em que apareceram as evoluções que acabaram nessa situação.

## 6.2 Dados

Sabe-se que os primeiros *corpora* de AD são *corpora* sócio-políticos, geralmente tomados em uma perspectiva militante. A priori, tais *corpora* não são diferentes dos objetos da análise retórica<sup>16</sup>; contata-se, então, que os primeiros exemplos de “formações discursivas” parecem muito com os sistemas de regras correspondentes aos gêneros retóricos mais tradicionais: arenga, sermão, pasquim, seminário, programa:

As formações ideológicas [...] comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam o que pode e dever ser dito (articulado na forma de uma arenga, de um sermão, de um pasquim, de um seminário, de um programa etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada (PÊCHEUX apud MALDIDIER, 1990, p. 24).

É preciso destacar que a análise de discurso problematiza melhor a questão da constituição dos *corpora*, enquanto a análise neo-clássica da argumentação se contentava em recolher séries de exemplos chamativos, em uma

perspectiva atomística. Maldidier (1990) atribui a Certeau uma influência fundamental na expansão do domínio da AD:

Deslocando o “objeto dos discursos escrito-legítimo-oficiais no registro dos diálogos, réplicas, contos, histórias, e histórias engraçadas, provérbios, aforismos...” [Nota manuscrita de M. Pêcheux] parecia oferecer à análise de discurso o objeto que ela procurava. (p. 74)

A expansão dos dados linguageiros tomados em consideração não parece, entretanto, ir até os dados interacionais:

Já se chamava de interação, o dialogismo. Michel Pêcheux fez questão, desde essa época, de apresentar uma postura clara: a questão do sentido não pode ser resolvida na esfera das relações interindividuais, não mais naquela esfera de relações sociais pensadas no modo de interação. (p. 53)

No entanto, foi a tomada em conta de *corpus* de interações que exerceu um papel motor na evolução das práticas e dos conceitos em análise de discurso, tanto quanto na análise da argumentação. É claro que isso traz consequências. Assim, quando se trata de dados de fala ordinária, a discussão das condições de produção, no sentido político-social, está numa execução impossível de avançar com um mínimo de substância, e não esclarece muita coisa. As etiquetas políticas parecem servir somente para mascarar atribuições de posições arbitrárias. A questão da produção é, a partir daí, trazida – ou reduzida – àquela do contexto, das condições de comunicação, do formato interacional. É possível ver o desabamento das ambições teóricas e políticas, ou a aprendizagem de um realismo, único capaz de dar para a análise um pouco de substância.

De modo geral, a AD é definida pela recusa coerente de um grupo de noções (das quais se assegura que a tradição as tem como simples e evidentes, o que está longe de ser o caso), entre as quais:

<sup>16</sup> Essa constatação remete à deslegitimação oficial da retórica no fim do século XIX, pelo que ela perdeu o estudo dos discursos contemporâneos, e, em primeiro lugar, o discurso de propaganda.



o sujeito individual e coletivo, a comunicação intersubjetiva (p. 50)

as palavras comunicam um sentido, há pessoas e há coisas, subjetivo e objetivo, emocional (retórica) e cognitivo (lógico)...” (p. 37)

Todos esses conceitos se encontram criticados e retrabalhados (e não apenas exorcizados) na análise do discurso argumentativo. Outros conceitos-chave estão igualmente traduzidos – ou traídos, por exemplo “interdiscursividade” (que tem papel fundamental na constituição de *corpora* especificamente argumentativos); ou “delinearização” (mas a atribuição linear, de um sistema coerente de etiquetas capazes de caracterizar as diferentes operações argumentativas, não é uma tarefa fácil ou subalterna).

Essas críticas abrem à pesquisa o campo das determinações epistêmicas, sociais ou psicanalíticas, inacessíveis à consciência e ao controle do sujeito (os indivíduos nem possuem nem negociam o sentido de suas falas), mas declarados exprimíveis em certos quadros teóricos (a análise dá sentido aos discursos). Essa posição instaura um abismo entre prática científica e práticas ordinárias, entre o saber ordinário do sentido e das práticas e as consciências sábias; a pesquisa não pode ser restituída aos indivíduos que permanecem irremediavelmente como sendo os *objetos*.

### 6.3 Sujeito, papel, posição

A noção de sujeito e de suas máscaras (das quais a mais conhecida tradicionalmente é a máscara do *ethos*) é levada em conta na análise do discurso argumentativo, para a qual há algo verdadeiramente emocional e cognitivo no tipo de discurso que constitui seus objetos por excelência. Tais discursos são produtos em resposta a um problema posto independentemente do locutor, que não

controla todos os termos, cuja resposta é difícil, e que trará consequências concretas para o grupo e para o indivíduo. O sujeito planifica estrategicamente seu discurso (pode ser uma estratégia boa ou ruim), na realidade de um confronto com um adversário que é impossível de dominar fisicamente ou de exorcizar simbolicamente. Ele se entrega a um trabalho enunciativo difícil, orientado em função de objetivos exibidos ou dissimulados, visando a dividir (ou preferir) representações, discursos e a incentivar a uma tal linha de ação. É um sujeito manipulador ou manipulado<sup>17</sup> agente, capaz de jogar e de usar de astúcia com as formações ideológicas e discursivas, em função da situação concreta em que ele se encontra e, nessa situação, sempre há, diante ou longe dele, um parceiro que nega ou se questiona, constituindo a norma tangível de sua fala. É por isso que a argumentação está irredutivelmente no enunciativo e no interativo, em um perpétuo vai e vem entre o face a face e o reflexivo, do qual o motor é a contradição.

A integração a esse quadro geral dos dados retóricos clássicos não causam nenhum problema particular. Trata-se de um gênero de interação bem determinada (interatividade restrita, estrutura de troca codificada institucionalmente), tomando o que Goffman, na sua análise de situações de fala, chama de “monólogo de palco” (1987, p. 147), e que constitui uma espécie de hiper-gênero que reúne “discursos políticos, comédias, conferências, recitações, leituras poéticas... a lavanderia não é mais o único lugar onde se conversa” (id.). Nada tem o direito de limitar o estudo da argumentação às falas retóricas “palco”: os instrumentos interacionistas permitem analisar as confrontações em um lugar, processos enunciativos que se produzem em paralelo (co-construção, cooperação) ou ao

<sup>17</sup> Em tudo isso, porém, nada se opõe à existência de determinações profundas que pesam sobre o “sujeito”, de natureza psicológica e social, mas trata-se, aqui, de outros objetos de pesquisa.

contrário (construção por oposição). Assim que a confrontação acontece em um grupo, o encontro com psicologia social é inevitável.

Todo mundo concorda sobre a necessidade de intervir em toda análise de discurso uma série de instâncias enunciativas e de instâncias de recepção; a questão urgente parece ser aquela de sua definição, de sua articulação teórica, das condições de sua aplicação correta em um caso dado. Lembremos algumas distinções fundamentais.

a) Austin distingue três tipos de atos, que determinam funções enunciativas:

ato fonético: “produzir certos sons”,

ato fático: “produzir certos vocábulos [...] segundo uma certa construção [...] e com uma certa intonação”

Ato rético: empregar um fema (produto do ato fático) com “um sentido [...] e uma referência [...]” (AUSTIN, 1962/1970, p. 108).

b) No quadro de uma linguística da enunciação, Ducrot (1980) opõe o sujeito falante, o locutor e o enunciador, respectivamente, ao auditório, ao alocutário e ao destinatário.

Sujeito falante/auditório: o sujeito falante é “o ser empírico” ao qual correspondem todas as determinações naturais da fala (“o processo psicológico, até mesmo fisiológico, que está na origem do enunciado, ... as intenções, os processos cognitivos que tornaram [os enunciados] possíveis”, 1980, p. 34). Na ordem da recepção, ao sujeito falante corresponde o auditório “pessoas que, simplesmente, ouvem o discurso [ou mesmo] que o escutam” (1980, p. 35).

Locutor/alocutário: “um enunciado apresenta-se como produzido por um locutor, designado em francês, salvo no discurso feito no estilo direto, pelo nome ou pelas diferentes marcas da primeira pessoa (op. cit., p. 35). “O alocutário é designado, salvo no discurso feito no estilo

direto, pelos nomes e pelas marcas da segunda pessoa” (id).

Enunciador/destinatário: “arbitrariamente, o chamarei enunciador e destinatário, respectivamente, a pessoas a quem é atribuída a responsabilidade de um ato ilocucionário e aquela a quem esse ato é direcionado” (1980, p. 38).

c) A questão do sujeito falante é central à noção goffmaniana de quadro participativo. O quadro participativo é caracterizado pela interação de duas instâncias complexas, uma de produção da fala, outra de recepção (*ratified participants, addressed* ou *unaddressed*) opostos aos *bystanders* (*overhearers* ou *eavesdroppers*) (Cf. Goffman 1987, p. 154ss, 173ss); Kerbrat-Orecchioni: Cap. 2) O formato de produção descreve-se com a ajuda de um conjunto de quatro *personae*<sup>18</sup>: *animator, author, figure* e *principal*.

*Animador [Animator]*: a máquina falante. Ele corresponde ao responsável do ato fonético em Austin, e a certas funções do sujeito falante de Ducrot.

*Autor [Author]*: escolhe os pensamentos e as palavras para codificá-los. Aquele que cita é o animador das palavras, que as toma sem ser seu autor (SCHIFFRIN, 1990, p. 242). Na terminologia de Austin, diríamos que o autor efetua atos fáticos e réticos.

*Figura [figure]*: corresponde à imagem de si no discurso, o ethos.

*Responsável [principal]*: “no sentido jurídico do termo... uma pessoa que age sob uma certa identidade, em um certo papel social” (GOFFMAN, p. 154) “O mesmo indivíduo pode mudar rapidamente de papel social em que ele age, mesmo que ele mantenha constante sua qualidade de animador ou de autor” (id.)

In short, the animator produces talk, the author creates talk, the figure is portrayed through talk, and the principal is

<sup>18</sup> Sigo a apresentação proposta por Schiffrin (1990).

responsible for talk (SCHIFFRIN, 1990, p. 241).

A consideração dos tipos discursivos introduz novos papéis: narrador e narratário para a narração; proponente, opositor e terceiro para a argumentação; especialista e leigo para a explicação. Os gêneros interacionais trazem igualmente seus lotes de papéis profissionais ou ocupacionais: vendedor e cliente para as interações da loja; professor e alunos para as interações didáticas; médico e doente para as interações terapêuticas etc.

Todos os papéis sociais convidam-se à análise. Rocheblave-Spenlé (1969) distingue:

Os papéis institucionais: os papéis da sociedade global (homem honesto, gentleman, “swell guy”...); os papéis “biossociais” (idade, sexo, cor da pele ...); os papéis de classe social: burguês, aristocrata (uma maneira de se vestir, uma linguagem, lazeres...); papéis profissionais; papéis de associação (sindicatos, partidos políticos, esportes, religiões...); os papéis familiares (marido, mulher, filho, pai, tio...).

Os papéis de grupos restritos: o papel de chefe em correlação aos papéis de membros (o encorajador, o mediador, o negador, o isolado, o líder...)

Os papéis pessoais: todos os modelos pessoais apresentados pela mídia, pelo rádio, pelo cinema (a vedete, a estrela...).

Essas distinções são indispensáveis principalmente para a análise da posição, tal como ela é definida por Goffman<sup>19</sup>:

1. A postura, a atitude, a disposição, o eu projetado dos participantes estão, de certa forma, em causa.

2. Essa projeção pode ser mantida ao longo de uma sequência comportamental de duração inferior ou superior àquela de uma frase gramatical [...]

<sup>19</sup> O termo “posição” encontra-se em Foucault (1969), cf. “La formation des modalités énonciatives” e “La fonction énonciative”.

3. Existe um *continuum* desde as mudanças de postura, das mais visíveis até as mudanças de tom mais sutis.

4. Se há fala, uma alternância de códigos é normalmente observada ou, no mínimo, uma modificação das marcas que os linguistas estudam: altura, volume, ritmo, acentuação, qualidade tonal. [...] (1987, p. 137)

A análise da argumentação se integra a uma análise do discurso utilizando a noção do papel; vê-se que o risco principal não está do lado da visão unitária do sujeito falante. Essa abordagem através da noção do papel perde, talvez, o que constitui o essencial para a AD e lhe dá sua vivacidade epistêmica, política, psicanalítica e social.

## 7. Formas de falar dos discursos

Provavelmente popularizando, a fala sobre o discurso trocou de registro estilístico. O conceito pode ser revestido de uma aura, esquematizado em uma perspectiva disfórica, apreendido em uma espécie de terror sagrado:

Eu suponho que em qualquer sociedade a produção do discurso é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm como papel conjurar os poderes e os perigos, dominar o evento aleatório, esquivar a pesada, a temida materialidade (FOUCAULT, 1971, p. 11).

A visão do discurso e do social, da qual participa a análise argumentativa, é, sem dúvida, menos grandiosa, mais técnica, ritualista ou construtivista, de acordo com as situações. De qualquer forma, o analista não é o grande padre do discurso.

## Referências

ANSCOMBRE J.-C. *Théorie des topoï*. Paris: Kimé, 1995.

PLANTIN, Christian. Análise e crítica do discurso argumentativo. Tradução de Rodrigo dos Santos Mota; Sébastien Giuliano Giancola; Thaise Almeida dos Santos. Revisão da tradução de Moisés Olímpio Ferreira; Sérgio Israel Levemfous. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n.1, p. 17-37, nov. 2011.

\_\_\_\_\_; DUCROT, O. **L'argumentation dans la langue**. Bruxelles: Mardaga, 1983.

AMOSSY, R. **Les idées reçues**. Sémiologie du stéréotype. Paris: Nathan, 1991.

\_\_\_\_\_; HERSCHBERG PIERROT, A. **Stéréotypes et clichés**. Paris: Nathan, 1997.

ARISTOTE. **Organon**, VI –Les Réfutations sophistiques. Trad. nouvelle et notes par J. Tricot. Paris: J. Vrin, 1977.

AUSTIN, J. L. **Quand dire c'est faire**. Trad. et notes par G. Lane. Paris: Le Seuil, 1970 [**How to do things with words**,1962].

EEMEREN, F. van; GROOTENDORST, R. **La Nouvelle dialectique**. Paris: Kimé, 1996.

BALLY, Ch. **Traité de stylistique française**. 3<sup>e</sup> éd. nouv. tirage. 2 vol.. Paris: Klincksieck, 1951.

BARTHES, R. L'ancienne rhétorique – Aide mémoire. Recherches rhétoriques. **Communications**, n.16, Paris: Le Seuil, 1970.

BOREL, M.-J. Pour définir l'argumentation. **Travaux du centre de recherches sémiologiques**, n. 3, 1969-1970.

BOUGAUD, Emile. **Le Christianisme et le temps présent**. v.1. 5<sup>ème</sup> éd. Paris: Poussielgue Frères, 1883.

COSNIER, J. **Le retour de psyché**. Critique des nouveaux fondements de la psychologie. Paris: Desclée de Brouwer, 1998.

COSSUTA, F. **Le scepticisme**. Paris: PUF, 1994.

DOURY, M. **Le débat immobile**. Analyse de l'argumentation dans le débat médiatique autour des parasciences. Paris: Kimé, 1997.

DUCROT, O. 1973, "Les échelles argumentatives". In *La Preuve et le dire*. Mame. 225-285. (=1980 *Les échelles argumentatives*, Paris: Minuit.)

\_\_\_\_\_. et al. **Les mots du discours**. Paris: Minuit, 1980.

FOUCAULT, M. **L'archéologie du savoir**. Paris: Gallimard, 1969.

\_\_\_\_\_. **L'ordre du discours**. Paris: Gallimard, 1971.

GOFFMAN, E. **Façons de parler**. Trad. par A. Kihm. Paris: Minuit, 1987 [**Forms of talk**, 1981].

GRIZE, J.-B. (éd.) Logique de l'argumentation et discours argumentatifs. **Travaux du centre de recherches sémiologiques**, n. 7, 1971.

\_\_\_\_\_. **De la logique à l'argumentation**. Genève: Droz, 1982.

HAMBLIN, C. L. **Fallacies**. Londres: Methuen, 1971.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Les interactions verbales**. t.1. t.2, 1992; t.3, 1994. Paris: A. Colin, 1990.

LAUSBERG, H. **Handbuch der literarischen Rhetorik**. Munich: Max Hueber, 1960.

MACKIE, J. L. Fallacies. In: EDWARD, P. (ed). **The Encyclopedia of Philosophy**. [s.l.], [s.d.]. v. 3. p. 169-179.

MAINGUENEAU, D. **Sémantique de la polémique**. Lausanne: L'Age d'Homme, 1983.

\_\_\_\_\_. **Genèses du discours**. Bruxelles: Mardaga, 1984.

MALDIDIER, D. **L'inquiétude du discours**. Textes de Michel Pêcheux choisis et présentés par Denise Maldidier. Paris: Edition des Cendres, 1990.

PERELMAN, Ch.; Olbrechts-Tyteca, L. **Traité de l'argumentation - La Nouvelle rhétorique**. 3<sup>e</sup> éd. Bruxelles: Ed. de l'Université de Bruxelles, 1976 [1958].

PLANTIN, Ch. **Essais sur l'argumentation**. Paris: Kimé, 1990.

\_\_\_\_\_. L'argument du paralogisme. **Hermès**, n. 15 Argumentation et rhétorique (I). p. 245-262, 1995.

\_\_\_\_\_. **L'argumentation**. Paris: Le Seuil, 1996.

PLANTIN, Christian. Análise e crítica do discurso argumentativo. Tradução de Rodrigo dos Santos Mota; Sébastien Giuliano Giancola; Thaise Almeida dos Santos. Revisão da tradução de Moisés Olímpio Ferreira; Sérgio Israel Levemfous. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n.1, p. 17-37, nov. 2011.

---

\_\_\_\_\_. Le trilogue argumentatif. Présentation de modèle, analyse de cas. **Langue Française**. n. 112, p. 9-30, 1997a.

\_\_\_\_\_. L'argumentation dans l'émotion. **Pratiques**. Paris, n. 96, p. 81-100, 1997b.

\_\_\_\_\_. Les raisons des émotions. In: Bondi, M (éd). **Forms of argumentative discourse**: Per un'analisi linguistica dell'argomentare. Bologne, 1998.

ROCHEBLAVE-SPENLE, A.-M.. **La notion de rôle en psychologie sociale**. 2<sup>e</sup> éd. augmentée. Paris: PUF, 1969 [1962].

SARFATI, G. E. **Eléments d'analyse du discours**. Paris: Nathan, 1997.

SCHIFFRIN, D. The management of a cooperative self during argument: The role of opinions and stories. In: GRIMSHAW, A. D. (ed.) **Conflict talk**. Sociolinguistic investigations of arguments in conversation. 1990. p. 241-259.

VIGNAUX, G. La nouvelle rhétorique. Revue critique et perspectives d'application. **Travaux du centre de recherches sémiologiques**, n. 1, 1969-1970.

WOODS, J.; WALTON, D. **Critique de l'argumentation**. Paris: Kimé, 1994.

WILLIAMS, G. **French discourse analysis – The Method of post-structuralism**. London: Routledge, 1999.

*Tradução:*

*Rodrigo dos Santos Mota*

*Sébastien Giuliano Giancola*

*Thaise Almeida dos Santos*

Graduandos em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais da Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil.

*Revisão da tradução:*

*Sérgio Israel Levemfous*

Docente da Universidade Estadual de Santa Cruz.

E-mail: [slevem1@yahoo.com.br](mailto:slevem1@yahoo.com.br).

*Moisés Olímpio Ferreira*

Doutorando em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo, Brasil, sob a orientação da Profa. Dra. Lineide Salvador Mosca e coorientação do Prof. Dr. Henrique Graciano Murachco.

E-mail: [moisesolim@usp.br](mailto:moisesolim@usp.br).